

Propaganda política e a verba secreta destinada à imprensa no final do século XIX¹

Victor Kraide Corte Real²

Resumo:

Campos Salles foi um dos grandes articuladores políticos brasileiros, sempre procurando manter estreitas relações com a imprensa. Em 1898, quando assumiu a presidência da República, ele conhecia as relações existentes entre os jornais e a política, e sabia que a imprensa atraía a simpatia pública através do ataque ao poder. Naquele tempo o governo não tinha um órgão de vasta circulação com a finalidade de defender seus atos e apoiar sua política, mas contava com a manutenção de uma verba secreta, capaz de animar a considerada boa imprensa e combater a má.

O presente trabalho pretende discutir as relações entre a política e a imprensa durante o período em que Campos Salles atuou como ministro da justiça (no governo militar provisório instaurado após a Proclamação da República), e nos seus quatro anos como presidente da República.

Palavras-chaves:

Comunicação; Eleições; Campos Salles.

¹ Trabalho apresentado no 1º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho (Rede ALCAR), 2003.

² Graduado em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela UNIMEP (Universidade Metodista de Piracicaba) e Mestre em Comunicação Social pela UMESP (Universidade Metodista de São Paulo). Coordenador do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Prudente de Moraes (FPM – Itu/SP) e Docente dos cursos de Publicidade e Propaganda do Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA – Limeira/SP) e da Anhanguera Educacional (FAC – Santa Bárbara d’ Oeste).

E-mail: realvic@gmail.com

Imprensa e política

O surgimento do jornalismo está relacionado com o desejo humano de expressar idéias publicamente, desejo este motivado pela satisfação ou insatisfação com a situação política vivida por um determinado grupo em relação à sociedade em que está inserido³. A imprensa está diretamente ligada a política, sendo impossível dissociar um do outro. Todo veículo de comunicação, em sua essência, tem a tendência de exprimir algum posicionamento sócio-político pró ou contra um governo. O cinema, por exemplo, surgiu como uma experiência científica e a princípio era praticado como atividade de entretenimento⁴, mas logo começou a expressar críticas sociais e foi usado como forte instrumento de repressão ideológica pelo nazismo⁵. A imprensa nunca foi um veículo de puro entretenimento, e mesmo a neutralidade jornalística, postura freqüentemente assumida por alguns órgãos da imprensa, os quais se consideram apartidários e simples apresentadores da verdadeira informação, é um mito⁶.

No Brasil a imprensa surge, oficialmente falando, com três séculos de atraso, em 1808 sob a orientação governamental de D. João VI, demonstrando claramente intenções políticas de sufocar a liberdade de expressão, impondo como versão oficial dos fatos a visão monarquista. Apesar do analfabetismo da enorme maioria da população naquela época, existiam setores com ideais ousados e arriscados, praticantes de um jornalismo precário de caráter antigovernamental. Depois de duas décadas, quando D. João VI regressa a Portugal, a imprensa brasileira ganha um pouco mais de liberdade⁷, passando ainda por momentos de forte censura, como durante o governo militar provisório, assumido pelo Marechal Deodoro da Fonseca após a Proclamação da República, e durante os anos de ditadura militar, conseqüentes do golpe de 64. Mas ainda hoje, e talvez sempre será assim, os laços de interdependência entre imprensa e governo são muito estreitos, existindo órgãos jornalísticos que assumindo, ou não, apóiam o governo, garantindo assim diversos benefícios; e outros órgãos que criticam o governo, representando políticos ou empresários da oposição. Cabe a sociedade analisar as informações recebidas pelos dois lados, a fim de tentar traçar um esboço da realidade.

³ BAHIA (1977, p. 35) discute esse tema analisando a imprensa como sendo representante “de anseios e de aspirações voltados para a independência”.

⁴ DE FLEUR e BALL-ROKEACH (1993) analisam o surgimento do cinema dentro desses moldes.

⁵ Através da propaganda ideológica praticada por Joseph Goebbels (LINS DA SILVA, 2002, p. 39).

⁶ Como é o caso do jornal *A Província de São Paulo* (o atual *O Estado de São Paulo*), fundado pelos próprios republicanos, em 1875, e mesmo assim se alto declarando apartidário (DEBES, 1978a, p. 134).

⁷ ROMANINI, 2002, p. 45.

Imprensa e propaganda política no fim do século XIX

Falar de propaganda política no período da monarquia ou mesmo durante a chamada República Velha, ou Primeira República, que vai até 1930, é algo muito diferente da forma que o termo é empregado hoje.

Luís XIV é considerado pelo historiador inglês Peter Burke (1992) como sendo um dos grandes propagandistas políticos da história, demonstrando uma intensa preocupação em parecer popular para a sociedade francesa da época, através da produção de “brindes” e grandiosos monumentos, nos quais sua imagem costumava ser muito ressaltada. No Brasil, D. Pedro II também usou diversos artifícios para propagar sua ideologia e desenvolver uma imagem pública conveniente, segundo Queiroz (1999) este monarca também foi um exímio produtor e distribuidor de ícones que lembrassem a realeza. Mas em ambos os casos essas práticas eram essencialmente intuitivas, sem um planejamento e uma pesquisa mais apurada sobre seus resultados.

O movimento republicano brasileiro também fez uso de uma espécie de propaganda para difundir suas idéias, dedicando especial atenção à imprensa, mesmo sabendo que seu poder de repercussão era relativamente baixo naquele momento, devido principalmente à repressão exercida pela monarquia e ao enorme número de iletrados existentes no país.

A propaganda política praticada durante a instalação da república, tinha como objetivo exercer uma forma de controle ideológico⁸, e não necessariamente captar votos da maneira como vemos hoje, pois naquelas eleições, seguindo os padrões liberais da época, menos de 5% da população votava e os vencedores já eram, de certa forma, escolhidos previamente através de conhecidos instrumentos oligárquicos⁹. O nome mais adequado para a modalidade de propaganda, cujo principal objetivo é a captação de votos, e que na verdade pode ser considerada como uma subdivisão da propaganda política, é a propaganda eleitoral, e sua prática efetiva está relacionada com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa e, principalmente, com a legitimação da democracia e do voto – como sufrágio universal.

A importância real da imprensa, como instrumento de propagação política, é muito pequena, pelo menos até 1930. Ela podia reforçar ou denegrir a imagem de um personagem público, mas dificilmente seria capaz de mudar o cenário político. A imprensa deve ser vista

⁸ Segundo Nelson Jahr Garcia, esse tipo de atividade exercida por uma elite dominante, procura neutralizar a difusão e evitar a formação de ideologias contrárias as suas (GARCIA, 1982).

dentro daquele contexto, como sendo um importante instrumento histórico, responsável por registrar depoimentos expressivos sobre a posição assumida pelos jornalistas e pelos atores políticos no final do século XIX e início do XX.

Campos Salles e a imprensa

Campos Salles foi um dos membros do movimento republicano que mais acreditou e investiu na imprensa. Ele sabia que o jornalismo ainda tinha pouca repercussão sobre a sociedade brasileira, e que sua capacidade de influência era limitada, mesmo assim ele dedicava muita atenção e depositava intensa confiança no futuro desta atividade.

Em 1862, aos 21 anos, cursando o quarto ano de direito e envolvido com a militância política e com os princípios da escola liberal, Campos Salles começa a contribuir com o jornal *A Razão*, iniciando o exercício do jornalismo político num “órgão de coloração partidária ostensiva”, que “não trazia a indicação dos responsáveis por sua publicação” (DEBES, 1978a, p. 41).

Campos Salles também assinala sua presença na *Gazeta de Campinas*, registrando suas atividades como cidadão e advogado, expondo suas idéias nos editoriais “a partir de seu terceiro número¹⁰, de 1869, até os primeiros anos da década de 80” (DEBES, 1978a, p. 19). Seus artigos tratam de assuntos diversos, mas normalmente o cunho político e as críticas às instituições vigentes são evidentes.

Segundo DEBES (1978a, p. 77-78):

A atividade jornalística de Campos Salles nesse primeiro ano de existência da *Gazeta de Campinas* não foi uma colaboração diletante, despida de interesse e de valor. Através dela, deu expansão, com elevação e critério, a seus pontos de vista, e exteriorizou seus sentimentos contrários ao regime monárquico, ainda antes da divulgação do manifesto republicano. Campos Salles, ao mesmo tempo em que se dedica ao jornalismo, exerce a advocacia e desempenha as funções de Juiz de Paz.

⁹ Voto de cabresto, voto de falecidos e ausentes, assinaturas falsas, bico de pena, entre outras fraudes praticadas em nosso suposto regime democrático.

¹⁰ Seu artigo de estréia leva o título de “Estrada de ferro de Campinas a Rio Claro” e tem como preocupação política a demonstração de uma tese viável de prolongamento da estrada de ferro da *Companhia Paulista*.

Com menos de trinta anos, Campos Salles participa ainda do jornal *A Reforma*, publicado no Rio de Janeiro pelo “Clube da Reforma”, grupo formado por liberais que lutam por reformas, principalmente relacionadas à extinção do Poder Moderador. Campos Salles fazia parte na verdade do Partido Radical, sendo também de oposição à política imperial, mas apesar do nome, era menos revolucionário que o Partido Liberal. O órgão de imprensa do “Clube Radical”, fundado em São Paulo, era o jornal *Radical Paulistano*. Em dezembro de 1870, o Clube Radical de São Paulo transforma-se em Clube Republicano, e publica como órgão oficial do Partido Republicano, na própria capital do Império, o jornal *A República*, estampando em seu primeiro número o celebrado Manifesto Republicano.

Mas somente em janeiro de 1875, “graças ao incansável empenho e ao inesgotável entusiasmo de Américo Brasiliense e Campos Salles” (DEBES, 1978a, p. 138), é fundado e estabelecido um verdadeiro veículo de comunicação republicano, passando por cima do fracasso e empastelamento de *A República*, surge *A Província de São Paulo*. “Campos Salles foi o grande animador da idéia, de que Américo Brasiliense foi o maior realizador” (DEBES, 1978a, p. 128), sustentados por um sólido capital e pela participação de diversos sócios, além do apoio da *Gazeta de Campinas*. Em 1884, Alberto Salles, irmão de Campos Salles, torna-se sócio principal e gerente de *A Província de São Paulo*, ao lado de Rangel Pestana. Diversas atitudes intempestivas, inclusive prejudiciais à candidatura de Campos Sales à Câmara dos Deputados, fazem com que Alberto Salles saia do jornal em dezembro de 1885 (DEBES, 1978a, p. 206).

O sucesso da propaganda republicana, tendo Campos Salles como um de seus principais articuladores¹¹, resultou na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. O Marechal Deodoro da Fonseca assume o Governo Provisório e entrega o Ministério da Justiça a Campos Salles, fazendo-o passar por diversas situações delicadas em relação à imprensa, devido ao fato dos militares não aceitarem algumas liberdades de expressão, promovendo inclusive o empastelamento do jornal monarquista *A Tribuna*, do Rio de Janeiro, ocasionando no pedido de renúncia de Campos Salles, o qual foi negado pelo Marechal. Rangel Pestana, assim como outros de seus antigos companheiros do movimento republicano, sente-se desprestigiado e em 1891, como redator-político de *O Estado de São Paulo* (antigo *A Província de São Paulo*), publica artigos com fortes críticas ao desempenho de Campos

¹¹ Além da habilidade política, também produzia textos polêmicos como, por exemplo, o panfleto intitulado *Pedro II e Isabel I*, lançado em junho de 1888, sob o pseudônimo de “Desmoulins”, no qual ele faz fortes críticas à monarquia.

Salles, o qual defende-se nas colunas do *Correio Paulistano*¹². Em 1894, Prudente de Moraes torna-se o primeiro presidente civil brasileiro, no ano seguinte Campos Sales é eleito presidente do Estado de São Paulo, conquistando mais um degrau em sua ascendente carreira política. O governo de Prudente foi bastante conturbado, tendo como uma de suas maiores dificuldades controlar a Revolta de Canudos. Em 1897, o oficial paulista Coronel Moreira César é morto e toda sua expedição é destruída, movimentos patrióticos populares acusam o apoio dos monarquistas aos revoltosos de Canudos, e logo em seguida a notícia da morte daquele oficial, sob gritos de “morrão os monarquistas!”, atacam e empastelam as oficinas de *O Comércio de São Paulo*¹³, atirando à rua caixas de tipos, móveis, livros, etc., a polícia chega ao local, mas não impede a manifestação (DEBES, 1978b, p. 419). Campos Salles, entre outros políticos e a imprensa em geral, atribuíam o sucesso militar do povo de Canudos a cumplicidade dos monarquistas. Outros jornais monarquistas, que ressaltavam as derrotas das tropas regulares, como a *Gazeta da Tarde* e o *Liberdade* do Rio de Janeiro, também sofrem a ira das massas, resultando até mesmo no linchamento de Gentil de Castro, diretor de ambos (DEBES, 1978b, p. 421).

“A 1º de março de 98, eger-se-ia Campos Salles tranqüilamente” (DEBES, 1978b, p. 438) presidente da República, iniciando um novo capítulo na história política brasileira.

O financiamento e a verba secreta destinada à imprensa

Damos especial atenção a figura de Manoel Ferraz de Campos Salles ao longo deste trabalho, porque de fato ele foi um dos principais políticos relacionados à imprensa no final do século XIX, ao contrário por exemplo de Prudente de Moraes, que segundo ROMANINI (2002, p. 46), cometeu um de seus maiores equívocos não acreditando e não contribuindo financeiramente com a imprensa, acreditando que acabaria perdendo dinheiro neste investimento. Campos Salles, por outro lado, dedicou especial atenção ao jornalismo, tanto financeira quanto intelectualmente. Expressando em seu livro *Da Propaganda à Presidência*¹⁴, de maneira relativamente clara, a manutenção de uma verba secreta

¹² Mesmo assim, Campos Salles não guardou mágoa deste duelo jornalístico, em seu livro *Da Propaganda à Presidência* (SALLES, 1998) faz diversas vezes referência elogiosa a Rangel Pestana, demonstrando uma grande admiração pelo antigo companheiro.

¹³ Ainda naquele momento existiam manifestações pró-monarquia no Brasil, em 1893 o Partido Monarquista de São Paulo funda um jornal diário chamado *O Comércio de São Paulo*, sob a direção de Eduardo Prado (DEBES, 1978b, p. 414).

¹⁴ SALLES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: Senado Federal – Ed. Fac-similar, 1998.

governamental para “compra” de jornalistas. Ele acompanhava a ascensão burguesa, o avanço das relações capitalistas e a transformação do jornal numa empresa capitalista (SODRÉ, p. 317).

Antes de entrarmos efetivamente na polêmica da verba secreta é importante relacionarmos mais alguns fatos sobre a atuação de Campos Salles junto à imprensa, agora como presidente eleito da República.

Em abril de 1898 Campos Salles estava de partida para Europa, a fim de negociar a caótica situação financeira que o país encontrava-se. Antes de sua viagem foi-lhe oferecido um almoço no Rio de Janeiro

ao cano do qual, José Carlos Rodrigues, diretor do *Jornal do Comércio* consulta-o sobre seu interesse em ser acompanhado por um dos redatores daquele conceituado órgão de imprensa. Indica para a empresa Tobias Monteiro. Aceita a sugestão, o futuro Presidente adita-lhe a condição de secretário particular, valorizando o papel do jornalista e facilitando-lhe o acesso às fontes de informações (DEBES, 1978b, p. 446-447).

Após a viagem, o jornalista Tobias Monteiro publica um livro onde relata com riqueza de detalhes a conduta e as negociações do Presidente¹⁵. A estreita relação existente entre Campos Salles e o *Jornal do Comércio* é demonstrada diversas vezes por José Carlos Rodrigues, através do seu diário ele defende constantemente o Presidente dos ataques de Rui Barbosa publicados em seu jornal *A Imprensa* (DEBES, 1978b, p. 489, 495 e 496).

José do Patrocínio, diretor do periódico a *Cidade do Rio*, também exerce forte oposição ao governo de Campos Sales até 1901, quando passa a apoiá-lo depois de discutir, através da imprensa, com Rui Barbosa. Ao mesmo tempo, em junho de 1901, surge na cidade do Rio de Janeiro, um novo órgão de oposição a Campos Salles, *O Correio da Manhã* (DEBES, 1978b, p. 519-520).

Campos Salles recebeu muito apoio e muitas críticas através do jornalismo, além dos ataques diretos através dos textos, foi também bastante ironizado através de apelidos, charges e caricaturas, demonstrando o grau de liberdade de expressão que esta atividade podia desfrutar naquele momento.

Campos Salles (1998, p. 174-175), de certa forma, possibilitava essa liberdade porque possuía seus próprios artifícios:

¹⁵ MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Salles na Europa*. São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. USP, 1983.

Era inevitável e fatal o recurso à imprensa industrial. (...) Não corrompi a imprensa. Acatei sempre a que merecia o respeito do público. Tive, porém, a mágoa profunda de encontrar jornais e jornalistas desviados da sua grandiosa missão e que pareciam menos dispostos a ser instrumentos benéficos da opinião, do que a exercitar a ignóbil indústria das opiniões.

Em relação a pequena imprensa, o então presidente comprava a opinião diretamente do indivíduo responsável pelo jornal; e no caso da grande imprensa, com estrutura de empresa, era necessário comprar o próprio jornal de forma estável e institucional. O jornalista autônomo recebia dinheiro; enquanto a empresa jornalística recebia negócios que proporcionavam dinheiro, negócios de Estado (SODRÉ, p. 318).

Para Sodré, Campos Salles não tinha

nenhum escrúpulo em comprar a opinião da imprensa e de confessar nuamente essa conduta. Ela lhe parece honesta, justa e necessária. Essa compra da opinião da imprensa pelo governo torna-se rotina (SODRÉ, p. 316-317).

O ex-presidente faz, abertamente, diversas referências sobre o uso da verba secreta do governo, defendendo-se e demonstrando sua opinião sobre o assunto em seu livro *Da Propaganda à Presidência*. Primeiro ele justifica suas ações, dizendo que faltava

ao governo um órgão de vasta circulação, em que pudesse apoiar a sua política, descortinar os seus intuitos, preparar a opinião e defender os seus atos. (...) Nestas condições, só restava recorrer às colunas das gazetas industriais abertas à concorrência (SALLES, 1998, p. 174).

Ele acreditava que ninguém podia condenar a industrialização do jornal, pois este era o desenvolvimento natural desta atividade em toda parte do mundo civilizado, não prejudicando sua legitimidade, pelo contrário, “captando o favor público e prestando eficaz concurso ao progresso humano” (SALLES, 1998, p. 174). Sobre a aplicação de dinheiro e a criação de falsas correntes de opinião, Campos Salles cita Pierre Lafite¹⁶ e argumenta a respeito da existência de

¹⁶ Campos Salles cita Pierre Lafite como sendo um “sábio professor do Colégio de França” e autor de “Conférence sur la liberte de la presse”, não apresentando maiores informações do que estas.

Uma combinação do capital com o talento, o jornal representa necessariamente e fatalmente uma grande operação industrial, qualquer que seja o fim moral ou social que se proponha atingir. Há, pois, no jornalismo uma combinação inevitável do industrialismo com a ação sobre a opinião pública. É uma combinação honesta. Mas, no desempenho de sua missão de preparar a opinião pública para a aceitação de certas medidas, ou de encaminhar certos acontecimentos, a sua ação pode ser prodigiosamente funesta, criando falsas correntes de opinião, em desacordo com as tendências naturais e com as necessidades de uma situação. Esta conduta, segundo o sábio professor do Colégio de França, não é a que têm os homens cultos e de honra, que a indústria honesta do jornalismo atrai; mas é reservada aos parasitas perniciosos, mercadores sem escrúpulos da inteligência e da própria honra (SALLES, 1998, p. 174).

Salles argumenta que desde a monarquia eram usados os “fundos secretos” do Tesouro para o serviço da imprensa; e durante o Governo Provisório, período de “ditadura popular” que inaugurou o regime republicano, a imprensa não foi subvencionada mas era exercido sobre a opinião uma “indiscutível autoridade moral” (SALLES, 1998, p. 177).

Seu antecessor, Prudente de Moraes, não possuía a mesma habilidade e astúcia com relação ao uso da verba secreta. Durante o episódio de Canudos e a destruição de alguns jornais monarquistas, Célio Debes (1978b, p. 425) reproduz alguns trechos das cartas daquele Presidente¹⁷, nos quais fica explícito que

o Governo optava pela violência, repudiando a força corruptora da tradicional verba secreta. Não enlameava as mãos, tingia-as de sangue ... As alternativas encontradas, para uma situação enraizada nos hábitos políticos da nação, eram, todas, divorciadas da lei.

Num dos trechos citados o Presidente relata:

Essa canalha é instigada pelo *Paiz* – que não pode resignar-se com a privação da pingue subvenção – que recebia pela verba secreta – e pelo *Diario de Noticias* – á quem recusei essa subvenção. A policia está preparada – para dar uma sóva em regra – na primeira oportunidade que essa canalha offerecer (DEBES 1978b, p. 425).

¹⁷ Correspondências mantidas entre Prudente de Moraes e seu irmão Manuel (Manduca), de 6 e 27 de janeiro de 1895.

Os jornais citados por Prudente de Moraes não eram necessariamente monarquistas, o *Paiz*, por exemplo, pertencia a Quintino Bocaiúva, membro do movimento republicano e amigo do governo, mas as alfinetadas dadas por eles eram consideradas de má fé pelo Presidente.

Campos Salles declara sobre o uso da verba secreta:

Os adversários do meu governo fizeram constar que as despesas com a imprensa montavam a uma soma avultadíssima que calculavam em seis a oito mil contos. No Banco da República encontra-se a Conta Corrente do movimento do Tesouro, onde eram escrituradas estas despesas, que não excedem a Rs. 1.000:000\$000. (...) A soma acima indicada foi a única que no meu governo apliquei fora das autorizações explícitas do Congresso. Se isso constitui um crime, eu o confesso, sem declinar de mim a responsabilidade inteira. Não há, é certo, um ato meu direto, nenhum documento subscrito por mim: mas, tudo foi feito sob as minhas vistas e com a minha imediata superintendência (SALLES, 1998, p. 179).

Mesmo demonstrando muita preocupação com a imprensa, Campos Salles não pode evitar ser alvo de vaias e manifestações hostis da população ao entregar seu cargo de Presidente da República a Rodrigues Alves no dia 15 de novembro de 1902, no Rio de Janeiro, representando o forte impacto social das duras medidas que teve de tomar para garantir a estabilidade do país¹⁸. Os jornais adversários relataram com detalhes as manifestações, enquanto a imprensa que o apoiou silenciara (DEBES, 1978b, p. 545).

Conclusão

Muitos jornalistas e historiadores criticam a postura do ex-presidente Campos Salles em relação à imprensa, o fato dele tratar o jornalismo como sendo um negócio, representando um produto que pode ser comprado e vendido, provoca a ira dos jornalistas mais românticos, utópicos e idealistas. Ele deixa claro, descrevendo sem muito pudor, as possibilidades financeiras de lidar com a imprensa; Prudente de Moraes, como outros governantes, preferia usar da força, enquanto Campos Salles era mais diplomático e usava recursos monetários.

¹⁸ Sodré, citando Laurita Pessoa Raja Gabaglia, escreve sobre Campos Salles: “Se não houvesse feito calar a grita dos jornais, não teria levado a termo a obra de salvação financeira do país” (SODRÉ, p. 317).

Querendo ou não as relações entre Estado e grande imprensa – vamos chamar assim os veículos de grande penetração, capazes realmente de formar opinião – eram no período de Campos Salles, são hoje, e talvez sempre serão, essencialmente comerciais. A principal diferença é que a penetração antigamente, por maior que ela pudesse ser, era muito menor que hoje, mas mesmo assim o governo demonstrava preocupação com as opiniões que podiam ser formadas através dela.

A sociedade brasileira, no período histórico tratado neste texto, era muito diferente da atual, assim como o jornalismo, que apesar de estar em plena efervescência, ainda não podia ser considerado como um meio de comunicação de massa. Hoje a imprensa possui um poder muito maior, suas mensagens atingem muito mais receptores e não são baseadas em folhetins de pouca penetração, com vida curta e produzidos de modo caseiro. Tanto poder faz com que o Estado seja mais cauteloso, não podendo usar da força ou do dinheiro a seu bel prazer para veicular informações que sejam de seu interesse.

Os moldes das negociações podem ter mudado, pois são reais as condições atuais que alguns órgãos, mais poderosos da imprensa, têm para derrubar um governo. Temos como exemplo disso no Brasil, o impeachment de Fernando Collor de Mello no governo federal, e o de Celso Pitta na prefeitura de São Paulo, os quais contaram como principal estopim do processo de derrubada, informações veiculadas em importantes veículos de comunicação. Portanto, muitas vezes não fica claro o jogo de interesses que existe entre Estado e Imprensa, mas o fator financeiro conta muito, e mesmo que muitos jornalistas não aceitem essa visão capitalista sobre sua atividade, por acreditarem na imparcialidade e na incorruptibilidade da informação, não podemos negar que existe uma balança nesta relação e quando ela pende para um dos lados é porque algum acordo não foi cumprido.

Tratamos especialmente neste trabalho das atividades de Campos Salles, pois acreditamos que por mais polêmicas que tenham sido suas declarações, elas representam um dado importante sobre o delicado laço que une política e imprensa.

Bibliografia

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica – história da imprensa brasileira*. 4º ed. São Paulo: Ática, 1977, 445 p.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei – a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

DEBES, Célio. *Campos Sales – Perfil de um Estadista*. v. 1. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1978a, 335 p.

_____. *Campos Sales – Perfil de um Estadista*. v. 2. Rio de Janeiro: F. Alves; Brasília: INL, 1978b, 321 p.

DE FLEUR, Melvin L; BALL-ROKEACH, Sandra. *Teorias da Comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

GARCIA, Nelson Jahr. *O que é propaganda ideológica*. São Paulo: Brasiliense, 1982. (Coleção primeiros passos)

LINS DA SILVA, Carlos Eduardo. *O marketing eleitoral*. São Paulo: Publifolha, 2002.

MONTEIRO, Tobias. *O Presidente Campos Salles na Europa*. São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. USP, 1983.

QUEIROZ, Adolpho. De Debret a Nizan: a construção da imagem pública dos governantes. *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*. Vol. XXII, nº 1, Jan/Jun 1999. Intercom/SP.

ROMANINI, Mauricio Guindani. *Prudente de Moraes: o precursor da propaganda política no Brasil – Sua trajetória até a presidência da República em 1894*. 2002, 253 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

SALLES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. Brasília: Senado Federal – Ed. Fac-similar, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.